

Estudo Técnico Preliminar 342/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. Foram utilizados os quantitativos de materiais gráficos da Reitoria do IFC, provenientes de pregão institucional, devido ao atraso na seleção da proposta do Pregão Eletrônico 90563/2025, diante disso, faz-se necessária a reposição dos quantitativos absorvidos pelo IFC Campus São Francisco do Sul, conforme descrição a seguir:

- Camiseta em algodão - Unisex
- Ecobag Personalizado
- Banner em lona - Tipo Painel
- PIN personalizado IFC - (broche)

	Un	Especificação	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	unidade	<p>CAMISETA, TIPO UNISSEX</p> <p>Material: Algodão penteado colorida com silk screen 4 cores.</p> <p>Especificações técnicas: composição do tecido 100% algodão, espessura do fio 30.1, cor a definir na solicitação, manga curta, gola redonda, impressão colorida em silk screen, 4 cores na parte da frente e nas costas, escala CMYK. Área de impressão mínima: 25x35 cm, os tamanhos serão informados no momento da contratação, quando a mesma justificadamente se fizer necessária, podendo ser solicitados os seguintes tamanhos: PP, P; M; G, GG, XG e XGG.</p> <p>Com serviço de desenvolvimento e/ou alteração de arte por parte da contratada, que deve ser aprovada antes da impressão do material, a partir das diretrizes comunicadas pelo solicitante. Haverá neste quantitativo 04 artes (Matriz) (Participante + Organização + Acessibilidade) e cores para diferenciar a equipe organizadora dos participantes. Elaboração da arte por conta da contratada, mediante aprovação da Contratante.</p>	1620	R\$ 64,17	R\$ 103.950,00

02	Unidade	ECOBAG PERSONALIZADA. Bolsa de pano fabricada com qualidade, costura bem-feita. Descrição: Produzido em Tecido de algodão-cru, Tamanho 40 x 30 cm. Área de aplicação da logo de aproximadamente 30 x 25 cm (deve conter os logos/nome dos eventos + logo da/das empresas patrocinadoras). Desenvolvimento da arte pelo IFC.	1000	R\$ 27,48	R\$ 27.475,00
03	m2	BANNER EM LONA EM PAINÉIS - Lona. Aplicação interna/externa (banner/faixa/fachada/fundos de palco, etc): Cor: 4x0. Impressão digital 4x0 cores 720 dpi. Método de confecção: impressão digital policromia. Acabamentos possíveis: tubetes, ponteiros, barbante, sarrafeamento de madeira, ilhoses (espaçamento máximo de 20 cm entre eles) de 3 cm, costura e cola. Desenvolvimento da arte pelo IFC.	71	R\$ 131,56	R\$ 9.340,76
04	unidade	PIN IFC. (Broche) Produzido em zamac, liga metálica leve, banhados e coloridos por meio de esmaltação. Com banho de níquel prata. Fechamento do pin com safety. Pin (joaninha). Cor: 4x0 cores. Medidas: variação de 1,5 x 2,5 até 2,5 x 2,5 cm. Arte: CECOM /Reitoria.	100	R\$ 20,83	R\$ 2.082,67

Total R\$ 142.848,43

JUSTIFICATIVA:

2.2. Demanda apresentada pela Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão do IFC Campus São Francisco do Sul, para divulgação dos cursos e brindes para ventos internos/externos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção de Administração e Planejamento	Mário Felipe Cipriano Borges da Costa
Direção Geral	Adalto Aires Parada
Direção de Ensino Pesquisa e Extensão - IFC Campus São Francisco do Sul	Heloisa Fernandes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação pública enquadra-se na classificação de serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos, em edital, por meio de especificações usuais/habituais de mercado, nas quais os prestadores destes serviços estão acostumados a tratar.

4.2. A solicitação das finalidades e características dos Institutos Federais, em seu Art. 6º - Os Institutos Federais tem por finalidade e características; III - Promover a integração e a verticalização de educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

4.3. A aquisição se dará com a fornecedor que apresentar o menor preço, e atender a todas as exigências do instrumento convocatório. Na maioria dos itens a arte será elaborada pelo próprio IFC. A instituição ficará atenta a solicitar sempre o pedido mínimo de cada item, tendo em vista que muitos itens são de valor unitário pequeno.

4.4. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico, conforme Lei nº 14.133/2021.

4.5. O Objeto deve ser entregue campus São Francisco do Sul, do Instituto Federal Catarinense, situado à Rodovia Duque de Caxias, 6628 - Iperoba - C.E.P - 90.334-070 - São Francisco do Sul - SC.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A pesquisa de preços deverá ser realizadas de acordo com a IN Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

- Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Eventual Aquisição de Materiais Gráficos.

6.1.1. A demonstração do tipo de solução escolhido pela equipe de planejamento da contratação, com base no levantamento de mercado, declara que o tipo de solução a contratar está adequado, conforme quadro abaixo:

Objetivos	Sim	Não	Não se aplica	Observação
Muitos fornecedores do mercado oferecem soluções desse tipo?	x			
Existem novas tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração?		x		
A solução que está sendo contratada é a mais adequada?	x			
Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades com objetivo de identificar a existência de nova metodologia?	x			
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	x			
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?			x	
A Solução é um software livre ou software público?			x	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PI NG, e-MAG?			x	
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)			x	
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-A RQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)			x	

RASCULHEI

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram ponderadas de acordo com demandas anteriores, considerando também a quantidade estimativa de público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 142.848,43

- (Cento e quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)

8.1. Para estimação dos valores da contratação pleiteada neste estudo, foi seguida a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.2. Registra-se que para escolha do valor a ser adotado como referência, optando entre média ou mediana dos valores obtidos durante a orçamentação, foi utilizada análise estatística em analogia ao recomendado no Manual de Orientação sobre pesquisa de preços do Superior Tribunal de Justiça da Secretaria de Controle Interno, que pode ser explicitado da seguinte forma:

8.2.1 Um dos parâmetros passíveis de serem utilizados para definir quando utilizar a média ou a mediana é fazer uso da medida de dispersão denominada coeficiente de variação.

8.2.2. O coeficiente de variação fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados. O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado. Se ele for superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a média, situação em que se recomenda o uso da mediana como critério de definição do preço médio.

8.3. De acordo com a explicação acima, alguns itens tiveram a média definida como valor de referência e outros a mediana. Contudo, sempre que observou-se exacerbada discrepância entre os orçamentos que pudesse levar a contratação a um potencial sobrepreço ou inexequibilidade, tal pesquisa era afastada do processo de cálculo de composição de preços, afim de evitar equívocos nesta apuração, com exceção de itens que só tenha sido possível apurar 3 (três) preços, por fim, todo esse detalhamento e análise pormenorizado, pode ser observado no Mapa de Preços que é elemento integrante ao processo desta contratação.

8.3.1 O objeto a ser contratado caso for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? Art. 20 da Lei 14133/21. Decreto nº 10818/21.

8.3.2. Nesta contratação, não observa-se dentre os itens descritos nenhum item caracterizado como bem de luxo, conforme definido no [Decreto Nº 10.818, de 27 de Setembro de 2021 abaixo](#):

I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

- a) ostentação;
- b) opulência;
- c) forte apelo estético; ou
- d) requinte;

Os itens são claramente necessários para garantir qualidade e um padrão estético mínimo a um evento que servirá como vitrine para a produção científica e cultural do campi do IFC.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Contextualização

9.1. Durante a fase de planejamento da contratação, verificou-se que os itens possuem **naturezas distintas, características técnicas específicas e diferentes perfis de fornecedores**, o que justifica a análise quanto à viabilidade de **parcelamento do objeto, em itens**, de forma a otimizar a execução e ampliar a competitividade entre os licitantes.

9.2. As quantidades consideram os pedidos estimados pelas respectivas unidades requisitantes do IFC as contratações anuais.

9.3. Por se tratar de contratação via Sistema de Registro de Preços – SRP, as aquisições e entregas serão de forma parcelada de acordo com a demanda de cada unidade requisitante e observância ao princípio da economicidade. Em razão do volume e quantidade de itens, o parcelamento da compra permite realizar as aquisições de acordo com a demanda e evita o comprometimento de valores significativos de uma só vez, ajustando-se a disponibilidade orçamentária.

9.4. Não obstante, o parcelamento permite garantir a continuidade no fornecimento ao longo do período, consoante ao aumento da competitividade.

Fundamentação Legal

9.5. O parcelamento do objeto é expressamente previsto e incentivado pela **Lei nº 14.133/2021**, especialmente em seu:

- **Art. 40, inciso XIV**, que determina que o edital de licitação deve conter critérios de parcelamento quando o objeto for divisível;
- **Art. 47**, que dispõe que o parcelamento do objeto visa **ampliar a participação de licitantes, assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e promover o desenvolvimento nacional sustentável**, desde que não haja prejuízo à economia de escala e à viabilidade técnica da execução.

9.5.1. Ademais, o **princípio da competitividade**, previsto no **art. 5º da mesma lei**, reforça a necessidade de estruturar a licitação de modo a não restringir o acesso de potenciais fornecedores, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte.

Análise Técnica e Econômica

9.6. A análise técnica elaborada pela área demandante constatou que o agrupamento de todos os bens de consumo em um único lote poderia **restringir a competitividade**, uma vez que poucos fornecedores possuem capacidade para fornecer todos os itens demandados.

9.7. Dessa forma, o **parcelamento por itens** favorece a competitividade, amplia a participação de micro e pequenas empresas e possibilita a obtenção de **propostas mais vantajosas** para a Administração Pública.

9.8. Do ponto de vista econômico, a divisão dos itens **não compromete a economia de escala**, pois os preços unitários permanecem dentro dos parâmetros de mercado, além de permitir melhor controle logístico e de estoque.

Conclusão

9.9. Diante do exposto, **justifica-se o parcelamento do objeto, em itens**, da presente licitação para aquisição de bens de consumo, com base em:

- Incentivo legal ao parcelamento previsto nos arts. 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021;
- Ampliação da competitividade e estímulo à participação de micro e pequenas empresas;

- Obtenção de melhores preços e condições de fornecimento;
- Maior eficiência administrativa e logística;
- Inexistência de prejuízo à economia de escala.

Assim, o parcelamento proposto atende aos **princípios da economicidade, eficiência e competitividade**, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - Não se mostram necessárias as contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada com o objetivos estratégicos e táticos institucionais abaixo mencionados:

11.1.1. **OE 14** - Promover a produção e divulgação acadêmica, científica e cultural. disponível em: < <https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2024/01/Resolucao-03.2024-IFC-Aprova-PDI-2024-2028-Anexo.pdf> >

11.1.2. Além disso, está inserida no Plano de Contratações Anual (PAC) 2025 publicizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/pca/10635424000186/2025>

11.1.3. Por fim, esta contratação atentou-se ao Plano de Logística Sustentável Institucional, em especial quanto a seguinte objetivo específico:

11.2. Objetivo específico: Identificar práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços. Disponível em: < <https://nga.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/165/2024/03/PLS-IFC-2024-2025.pdf> >.

12. Uso do Sistema de Registro de Preços

12.1. No bojo deste estudo ficou demonstrada a importância do uso do registro de preços nesta contratação, dada a variabilidade dos participantes, tendo em vista que podem ocorrer desistências por motivos individuais às vésperas do evento, devido a restrições orçamentárias, que inclusive o IFC passa nesse momento por contenção de gastos, devido ao recolhimento temporário de recursos orçamentários pelo Governo Federal.

12.2.. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação dos serviços necessários à realização do evento MICTI 2025 do Instituto Federal Catarinense (IFC), é altamente justificada com base nas diretrizes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O SRP se mostra especialmente adequado para a contratação.

12.3. A utilização do SRP também gera economia de escala, pois permite a contratação de grandes volumes de serviços e produtos com preços previamente negociados e registrados, mesmo que a entrega seja realizada de forma fragmentada ao longo do evento. Isso assegura que o IFC obtenha melhores condições de preço e que o orçamento do MICTI seja gerido de forma mais eficiente, sem surpresas ou variações bruscas de custo.

12.4. Além da economia e da flexibilidade, o SRP proporciona agilidade, algo essencial para a organização de eventos , que pode enfrentar imprevistos e precisar de ajustes de última hora. Com o sistema, o IFC tem a possibilidade de ajustar rapidamente a quantidade de itens contratados, sem a necessidade de um novo processo licitatório ou aditivos, garantindo que todas as necessidades do evento sejam atendidas com eficiência.

12.5. Por fim, o SRP oferece maior segurança jurídica e transparência, uma vez que os preços e as condições contratuais são estabelecidos de forma clara e prévia. Isso assegura que todas as contratações realizadas ocorram dentro dos parâmetros aprovados, com maior controle e fiscalização, promovendo um processo transparente e eficaz.

12.6. Não obstante, o Instrumento de Padronização dos Procedimento de Contratação (IPP) elaborado pela AGU, em relação a empreitada por preços unitários, Conforme o **art. 3º do Decreto no 11.462, de 2023**, nos traz que ela é adequada quando:

I - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

12.7. O que se amolda ao caso concreto desta contratação. Em resumo, a adoção do Sistema de Registro de Preços para a contratação dos serviços e bens necessários é a solução mais adequada para garantir a eficiência, flexibilidade e economia na organização dos eventos, permitindo que o IFC atenda suas demandas de forma ágil e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e sem riscos em caso de restrições orçamentárias.

13. Natureza das Atividades Contratadas

13.1. Justifica-se que a contratação de materiais gráficos para eventos e divulgação do IFC se enquadra como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições que compõem a área de competência legal do Instituto Federal Catarinense (IFC). Esses serviços são essenciais para viabilizar eventos que promovem e disseminam a produção científica, cultural e educacional da instituição, alinhando-se diretamente aos objetivos institucionais de fomentar a integração e a visibilidade dos trabalhos desenvolvidos nos diversos campi do IFC. Assim, tais contratações são fundamentais para o cumprimento da missão institucional de apoio à educação, pesquisa e extensão.

13.2. Objeto desta contratação, estão alinhadas à Portaria Nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, conforme tabela abaixo:

Resumo dos Objetos Licitados	Item de Atendimento na Portaria Nº 443, de 27 de dezembro de 2018
Locação de bens, materiais e equipamentos para eventos	Locação de bens, não se aplica, porém é serviço auxiliar
Serviços de transmissão da abertura do evento	Art. 1º, XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;
Serviço de Ambulância Móvel	Art. 1º, XXVIII - transportes e XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;
Serviço de Segurança	Art. 1º, XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

Serviço de Brigadista De Incêndio	Art. 1º, XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;
Locação de gerador de energia elétrica.	Art. 1º, XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;
Aquisição de materiais e insumos para suporte ao evento	Aquisição de materiais não se aplica.

14. Participação de Consórcios/Cooperativas

14.1. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 15, § 1º, estabelece que a exclusão de empresas constituídas sob a forma de consórcio deve ser justificada. No caso do objeto que se pretende contratar, que é o Registro de Preço para a contratação de empresa(s) especializada(s) [em materiais gráficos](#), a exclusão de consórcios é justificada pela ausência de alta complexidade técnica. Essa decisão não representa prejuízo econômico nem restrição à competição. Sobre o tema, Marçal Justen Filho destaca:

No Direito Administrativo, algumas das características do consórcio foram afastadas. O ponto fundamental da distinção reside na responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados, ao longo da execução do contrato administrativo. Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivados pelo nosso Direito. Assim se passa porque, como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejados. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Aliás, a composição entre os potenciais interessados para participar de licitação pode alcançar a dimensão da criminalidade.

14.1.1. O renomado doutrinador também discorre sobre o tema, relacionando-o à questão da competitividade no certame:

Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.

14.2. A participação de consórcios é viável apenas quando o objeto é “de alta complexidade ou vulto”, o que não se aplica ao objeto em questão, conforme definido pela **Lei nº 14.133/2021**. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

14.2.1. Não obstante, observa-se o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre esse assunto:

26. O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da

Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo Bacen, vemos que é prática comum a não-aceitação de consórcios. (Acórdão 2813/2004 Primeira Câmara - TCU)

Portanto, não há justificativa para a participação de empresas consorciadas no objeto em questão, uma vez que ele não apresenta alta complexidade nem constitui um serviço de grande vulto econômico, e ainda, só tornaria mais complexa a gestão dos serviços posteriormente.

14.3. No que tange a participação de cooperativas, não denota-se óbice nesta participação, uma vez que a presente aquisição não apresenta os requisitos proibitivos elencados no **Acórdão 396/2009 do TCU**, conforme descrito abaixo:

*A participação de cooperativas em licitações foi detalhadamente discutida pelo Tribunal (...) e o Acórdão no 307/2004-Plenário proferido no referido processo tem sido, desde então, considerado como paradigma para o exame de casos da espécie. Naquela assentada este Colegiado considerou lícita a participação de cooperativas em certames licitatórios, mesmo com as vantagens e prerrogativas legais inerentes a esse tipo de organização, desde que o seu objeto não caracterize a **subordinação do trabalhador ao contratado, a personalidade e a habitualidade no trabalho**, diante da impossibilidade de vínculo empregatício entre essas entidades e seus associados. A prestação de serviços de transporte, objeto do Pregão (...), nos termos definidos no edital do certame, não apresenta nenhum dos três requisitos proibitivos à participação de cooperativas. Acórdão 396/2009 Plenário (Voto do Ministro Relator)*

Então, como não visualiza-se características como a subordinação do trabalhador ao contratado, a personalidade e a habitualidade no trabalho, como nos serviços continuados por exemplo, não observa-se necessidade de vedação deste tipo de pessoa jurídica nesta contratação.

15. Sigilo dos Valores Referenciais

15.1. Sabendo-se que há recomendação do uso de orçamento sigiloso quando ocorrer uma variação significativa nos preços das amostras coletadas, o que pode tornar difícil a identificação de qual amostra deve ser desconsiderada — se a inexequível ou a que excede o orçamento. No entanto, após a análise dos orçamentos coletados, nestes estudos preliminares, não se verifica essa situação no caso concreto. Portanto, não vislumbra-se a necessidade de adotar essa metodologia neste certame.

16. Princípio da Padronização

16.1. Sim, o princípio da padronização foi consultado conforme o [Catálogo Eletrônico de Padronização](#) disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1. Espera-se com a contratação destes no mínimo os seguintes efeitos:

- **Padronização da Comunicação Institucional**
 - **Fortalece a identidade visual** dos órgãos públicos.
 - Garante que materiais como folders, cartazes, banners e relatórios sigam um padrão de qualidade e estética.

- **Eficiência e Economia**

- Compras planejadas e em maior escala podem **reduzir custos unitários**.
- Evita aquisições emergenciais e fragmentadas, que geralmente são mais caras.

- **Transparência e Controle**

- Através de processos licitatórios, há **maior controle sobre os gastos públicos**.
- Permite auditoria e rastreabilidade dos contratos e entregas.

- **Estímulo à Economia Local**

- Empresas gráficas locais podem participar das licitações, **gerando emprego e renda** na região.

- **Sustentabilidade**

- É possível incluir critérios de sustentabilidade, como uso de **papel reciclado**, tintas ecológicas e processos menos poluentes.

- **Qualidade e Inovação**

- A concorrência entre fornecedores pode elevar o **nível técnico e criativo** dos materiais produzidos.
- Incentiva o uso de **tecnologias modernas** de impressão e acabamento.

- **Atendimento às Necessidades dos Cidadãos**

- Materiais gráficos bem produzidos facilitam a **comunicação com o público**, especialmente em campanhas de saúde, educação, segurança, etc.

18. Providências a serem Adotadas

18.1. Inicialmente produzir-se-á este documento, que contém a descrição completa dos serviços a serem executados bem como as exigências legais para sua execução. Após a confecção deste documento iniciar-se-á:

- A produção do mapa de riscos e o termo de referência;
- A montagem dos trâmites da licitação, que deverá adotar o critério de julgamento menor preço, por item, de maneira a ampliar a competitividade;
- Realizar-se-á a etapa de lances do certame;
- Conferência da documentação de aceite de proposta e habilitação;
- Realizar-se-á a assinatura do contrato e emissão de empenho;
- Emitir-se-á a portaria da fiscalização do serviço a ser executado;
- Emitir a autorização para realização dos serviços descritos na solicitação inicial, com as exigências supracitadas bem com as atividades descritas neste documento.

19. Possíveis Impactos Ambientais

19.1. Abaixo apresenta-se os potenciais impactos e ações mitigadoras mapeadas:

19.1.1. Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgão competentes.

19.1.2. Sempre que possível, na fabricação, utilizar materiais biodegradáveis, atóxicos e com madeira proveniente de reflorestamento.

19.1.3. Sejam observados, quando possível, os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

19.1.4. Jamais utilizar, no modo de produção, trabalho escravo ou infantil, buscando utilizar máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos estudos realizados e nos orçamentos obtidos, consoante às necessidades da unidade, entendemos viável o procedimento.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIS ANTONIO NAIBO

Agente de contratação

MARIO FELIPE CIPRIANO BORGES DA COSTA

Agente de contratação

ANTONIO FERREIRA COELHO FILHO

Equipe de apoio

DIOGO LEINDECKER STUMM

Equipe de apoio

ADALTO AIRES PARADA

Autoridade competente

RASCUNHO